

ARTIGO

O JORNALISMO E A REFORMULAÇÃO DA EXPERIÊNCIA DO TEMPO NAS SOCIEDADES OCIDENTAIS

Copyright © 2014
SBPjor / Associação
Brasileira de Pesquisadores em Jornalismo

CARLOS FRANCISCATO
Universidade Federal do Sergipe, Brasil

RESUMO- O objetivo deste texto é investigar a temporalidade produzida pela prática jornalística e os modos pelos quais o jornalismo tem a prerrogativa de construir um tipo específico de experiência social do tempo presente. Esta investigação cumpre uma trajetória histórica, embora não seja nossa intenção apresentar uma história da imprensa no sentido de uma história das instituições, gêneros particulares e linguagens. Em vez disso, desenvolvemos um estudo histórico com o objetivo de identificar fenômenos sociais temporais produzidos pelo jornalismo, e para mostrá-los na forma de categorias descritivas, as quais oferecem regularidade para uma diversidade de fenômenos temporais: instantaneidade, simultaneidade, periodicidade, novidade e revelação pública. Além disso, este trabalho é um estudo teórico que utiliza elementos históricos para analisar, por meio de uma abordagem sociológica, aspectos fundamentais da constituição da temporalidade jornalística.

Palavras-chave: Jornalismo. História do jornalismo. Temporalidade. Tempo presente. Sociologia do jornalismo.

EL PERIODISMO Y LA REFORMULACIÓN DE LA EXPERIENCIA DEL TIEMPO EN LAS SOCIEDADES OCCIDENTALES

RESUMEN - El objetivo de este texto es investigar la temporalidad producida por la práctica periodística y los modos en los que el periodismo tiene la prerrogativa de construir un tipo específico de experiencia social del tiempo presente. Esta investigación efectúa una trayectoria histórica, aunque no es nuestra intención presentar una historia de la prensa en el sentido de una historia de las instituciones, géneros particulares y lenguajes. En su lugar, desarrollamos un estudio histórico con el objetivo de identificar fenómenos sociales temporales producidos por el periodismo, y para mostrarlos en forma de categorías descriptivas que ofrecen regularidad para la diversidad de dichos fenómenos: instantaneidad, simultaneidad, periodicidad, novedad y revelación pública. Además, este trabajo es un estudio teórico que utiliza elementos históricos para analizar, por medio de un enfoque sociológico, aspectos fundamentales de la constitución de la temporalidad periodística.

Palabras clave: Periodismo. Historia del periodismo. Temporalidad. Tiempo presente. Sociología del periodismo.

JOURNALISM AND CHANGE IN TIME EXPERIENCE IN WESTERN SOCIETY

RESUMEN - The purpose of this paper is to investigate the temporality produced by journalistic practice and the ways journalism has a privilege to build a specific type of social experience of the present time. This inquiry carries out a historical journey, but it is not our purpose to present a history of press in the sense of a history of institutions, particular genres and languages. Instead, this investigation develops a historical study in order to identify social temporal phenomena produced by journalism, and to express them in the form of descriptive categories, which give regularity to a diversity of temporal phenomena: instantaneity, simultaneity, periodicity, novelty, and public disclosure. Besides, we consider this work a theoretical study that uses historical elements to analyze, through a sociological approach, fundamental aspects of a social constitution of journalistic temporality.

Keywords: Journalism. History of journalism. Temporality. Present time.

INTRODUÇÃO

A busca por uma melhor compreensão do papel do jornalismo nas sociedades modernas e contemporâneas tem sido uma tarefa de pesquisadores de diversas áreas das ciências humanas, em consequência do crescimento da presença e influência dos meios de comunicação na estruturação das relações sociais. Apesar dos avanços significativos, muitos fenômenos comunicacionais ainda dependem de uma melhor delimitação, caracterização e descrição.

A experiência social do tempo vem sendo afetada diretamente pela estrutura e atuação dos meios de comunicação, em particular a instituição jornalística. O fenômeno temporal é um componente essencial de uma definição de jornalismo e das relações que este desencadeia na sociedade. O jornalismo é uma prática social voltada para a produção de relatos sobre eventos do tempo presente. Ao fazer isso, o jornalismo atua de forma privilegiada como reforço de uma temporalidade social, enquanto produtor de formas específicas de sociabilidade. Consideramos o jornalismo uma criação institucional pela qual indivíduo e sociedade produzem a sua vivência social do momento presente. Situamos o jornalismo como uma das condições necessárias para esta vivência se realizar em alguns tipos de relações sociais.

As experiências iniciais do jornalismo nos séculos XVII e XVIII nas sociedades ocidentais e sua consolidação como uma prática social institucionalizada a partir do século XIX possibilitaram a construção de um tipo específico de experiência social do tempo presente, em que uma diversidade de fenômenos temporais ganharam especificidade devido à existência e atuação da instituição jornalística. Buscaremos demonstrar, neste *paper*, que o tempo presente é uma dimensão essencial ao jornalismo. Trabalhamos a noção de tempo presente não somente como uma qualidade particular de um produto, mas como um fenômeno social composto por práticas sociais, relações de sentido e atributos inscritos em produtos culturais. Esses elementos é que tornam a vivência do tempo presente uma experiência concreta, compreensível como um objeto social e dotado de um conteúdo com um sentido intersubjetivamente partilhado.

Procuramos desenvolver neste trabalho um estudo de caráter sociológico, utilizando o percurso histórico (particularmente uma perspectiva de história social) como estratégia metodológica para possibilitar a visualização de fenômenos temporais e a formulação de categorias descritivas sobre três ordens de experiências sociais às quais a instituição jornalística está diretamente vinculada: a) Fatores tecnológicos no transporte e na transmissão de informações; b) Aspectos industriais na formação das organizações jornalísticas e sua participação em um mercado em constituição; c) A formação de novos comportamentos sociais a partir da urbanização acelerada e do desenvolvimento de hábitos de leitura e discussão.

Pretendemos percorrer a formação histórica do jornalismo com o objetivo de identificar que o fator temporal tem sido um dos elementos determinantes para esta conformação do jornalismo a um conjunto de práticas, princípios e valores integrados em uma instituição social. Ao mesmo tempo, visualizaremos que a pluralidade de aspectos que compõem a temporalidade no jornalismo vai impor uma análise dos fenômenos conforme sua especificidade e sua interrelação com outros processos sociais. No jornalismo, iremos propor que este conjunto de fenômenos pode ser compreendido em uma dimensão articulada e complementar, a qual consideraremos adequado denominar de atualidade jornalística.

Destacaremos, então, cinco tipos de fenômenos temporais que o jornalismo opera, os quais consideramos mais apropriado delinear por meio de categorias descritivas. São fenômenos interligados, e não pretendemos, neste esforço analítico, decompô-

los em partes independentes. É nossa intenção perceber, em sua diversidade, certas regularidades e especificidades que possam dar um contorno teórico à noção de atualidade jornalística.

Proporemos cinco categorias descritivas de relações temporais que o jornalismo desencadeia, ligadas a ações, situações e modos de tratamento de eventos no tempo presente: instantaneidade, simultaneidade, periodicidade, novidade e revelação pública. Ao propormos cinco categorias descritivas, buscamos inseri-las nos movimentos históricos amplos que criaram condições, processos e sentidos para o surgimento e a consolidação do jornalismo, mas percebendo também como movimentos internos à instituição jornalística constituíram tensões, rotinas, normas, valores e práticas com certa autonomia em relação aos processos sociais originários, com força suficiente para que os influenciassem.

1 O JORNALISMO É UMA ATIVIDADE BASEADA NO TEMPO PRESENTE

Entendemos que a temporalidade do presente é um aspecto essencial da atividade jornalística em pelo menos três momentos:

1.1 O desenvolvimento de uma “cultura do tempo presente”

O primeiro deles pode ser identificado quando recorremos à literatura historiográfica para compreender a emergência do jornalismo nas sociedades ocidentais e perceber que o fator temporal foi um componente decisivo para a constatação de que uma nova prática social, ligada à produção de relatos sobre fatos cotidianos, era socialmente necessária. Os autores consultados evitam datações precisas, embora Hunter (1990) aponte, por exemplo, que a experiência cultural inglesa no final do século XVII e início do XVIII tenha desenvolvido uma fixação pela vida contemporânea e pela novidade, uma consciência aguda dos eventos mais recentes e um desejo por inovação e originalidade.

Os jornais e outras publicações regulares tornaram-se um novo componente de uma cultura escrita para tratar do transitório e do mundano (SOMMERVILLE, 1996), inovando por oferecer narrativas curtas e efêmeras sobre ocorrências “estranhas mas verdadeiras” (LOVELL, 1992). A incorporação do tempo e dos fatos do cotidiano das comunidades, comuns em conversações e relatos orais, na

definição da temporalidade e do conteúdo de um discurso escrito (particularmente aquele impresso) marcou uma caracterização rudimentar do jornalismo como produto e como prática social.

Em seu livro *Before Novels - The Cultural Contexts of Eighteenth-Century English Fiction* (1990), Hunter dedica-se a estudar o surgimento das novelas enquanto gênero específico na literatura inglesa no século XVIII, vinculando a novela a uma cultura metropolitana moderna no período, fascinada pela contemporaneidade (FOWLER, 1993). Segundo o autor, a experiência cultural inglesa no final do século XVII e início do XVIII desenvolveu uma fixação pela vida contemporânea e pela novidade, parte de um interesse mais amplo por descobertas científicas e correntes iluministas. A época alcançou uma consciência aguda dos eventos mais recentes e um desejo por inovação e originalidade, características cruciais para a emergência de uma forma de narrativa peculiar e centrada no tempo presente que passou a se chamar de novela (“*novel*”, palavra cuja forma adjetiva apropriadamente significa “novo”) (HUNTER, 1988).

Este ambiente cultural operava com um sentido de urgência, de “agora”, oferecendo uma percepção de que o “momento” era, em si mesmo, um tipo de “objeto de arte”. O momento presente se tornou um tema legítimo não somente para conversações passageiras, mas para discursos mais sérios, como o literário. Apesar disso, o autor evita indicar exatamente quando o “tempo presente” se tornou uma questão tão urgente na consciência cultural inglesa, mas lembra que os produtos impressos auxiliaram na proliferação de relatos e histórias da vida cotidiana (HUNTER, 1988, p. 494-495). Para ele, jornalismo e novela são duas formas de escrita sobre o momento presente, sobre um instante isolado, parte de uma preocupação visível também na política, teologia, psicologia e educação – aspectos que fizeram Hunter denominar este período de “*age of moment-centered consciousness*” (HUNTER, 1990, p. 108-109).

A novela inglesa teve diversas fontes culturais, tais como os livros, os jornais, os diários íntimos e os panfletos, os quais representaram a consciência cultural da época e, particularmente, o surgimento de um crescente compromisso com alguns aspectos da modernidade: o culto à novidade, à inovação e ao futuro. Os jornais (como parte de um conjunto de produtos impressos, como panfletos e cartazes) auxiliaram a criar, ampliar e estender a “cultura do agora”, e a moderna novela pareceria inimaginável sem a peculiar combinação de “*News, and new Things*” que se tornou uma obsessão

da cultura inglesa no período (HUNTER, 1988, p. 515).

Em estudos como o de Hunter, assim como o de Benedict Anderson (1991) analisando a criação de uma ideia de comunidade nacional na Europa Ocidental do século XVIII, o jornalismo se consolida como uma escrita sobre eventos, temas e situações do momento presente que estejam fora do alcance da experiência direta de grande parte da coletividade, contribuindo para o estabelecimento ou reforço de relações sociais ou culturais ligadas a esta temporalidade.

1.2 A temporalidade direciona os modos de institucionalização do jornalismo

O segundo momento de investigação do vínculo indissociável entre jornalismo e tempo presente considera os modos como a temporalidade orientou a institucionalização do jornalismo tanto na organização interna de suas práticas e definição de seu produto quanto nas relações sociais amplas que o jornalismo produziu. O controle do tempo com vistas a preservar o vínculo da atividade com o presente (sua atualidade) se tornou um princípio de organização e planejamento de tarefas, estruturação de rotinas e circulação de seus produtos.

A produção jornalística nos séculos XVII e XVIII, principalmente, dependia em larga medida da habilidade de profissionais gráficos no manuseio de equipamentos rudimentares (SUTHERLAND, 1986). Essa foi uma fase de transição gradativa e inevitável entre um modelo anterior bastante simples de redação de notícias escritas à mão (“*handwritten news-letters*”) e um modelo de produção de jornais impressos (“*printed newspapers*”). A tecnologia da produção jornalística alcançou intenso desenvolvimento no século XIX, com a introdução de novos modelos de impressoras nos 1860s e 1870s, menores, mais rápidas e mais baratas: as “*web rotary*”, rotativas que operavam de forma interligada. Os jornais diários, principalmente, foram os mais beneficiados com o avanço no desempenho dessas rotativas. Lucy Brown (1985) cita que as melhorias de produtividade não se resumem apenas ao desempenho das rotativas: surge uma concepção de eficiência técnica e organizativa nas empresas, mesmo que esta melhoria represente um aumento de custos.

O tempo se institucionaliza tanto como um fator de identidade como de tensão. A temporalidade dá uma forma cultural ao principal produto jornalístico, a notícia, tornando-a reconhecível e

estabelecendo os seus limites de sentido, atuação e existência social. A notícia tem um tempo de existência efêmero, seja em consequência da velocidade do movimento do mundo que desatualiza o relato jornalístico, seja pelos modos como a organização jornalística aplica a esta volatilidade mecanismos para sua substituição regular ou sua permanência em desdobramentos sucessivos. A notícia traz, normalmente de forma explícita, marcas do presente que afirmam sua singularidade temporal, sua duração breve na expressão de um presente que se esvai.

Em contrapartida, o tempo deflagra um estado de tensão entre dois movimentos: por um lado, a velocidade das coisas do mundo, num ritmo desigual entre regularidade e imprevisibilidade; por outro, a velocidade da produção do discurso jornalístico sobre este movimento. O jornalismo vive um permanente risco de que o sentido de tempo que traz no seu discurso se descole do tempo do mundo. Ao mesmo tempo, a instituição jornalística desenvolveu procedimentos e técnicas de afirmação pública de uma capacidade sua de superar o risco de desencaixe real entre o tempo do mundo e o tempo da produção jornalística. O jornalismo é um relato de algo que pertence ao presente, a um tempo presente definido por relações habituais e simbólicas de referência para o agir humano, mesmo que este evento já tenha ocorrido há alguns momentos.

1.3 O jornalismo contribui para a construção social do tempo presente

Compreender a temporalidade do presente como aspecto central do jornalismo consiste, em terceiro lugar, em afirmar que o jornalismo não apenas produz relatos sobre eventos, mas sua inserção social faz com que ele esteja imerso no processo de construção da experiência social do presente. Sua produção institucional de conteúdos de atualidade oferece à sociedade formas específicas pelas quais indivíduo e sociedade produzem a sua vivência social do momento presente, tornando-se, muitas vezes, uma das condições necessárias para esta vivência se realizar em alguns tipos de relações sociais.

Estamos indicando, então, que o presente é o tempo de referência para a ação humana ocorrer. O tempo do jornalismo está vinculado ao tempo de eventos, temas e situações que estejam em ato, em constituição, em movimento, e interfere de duas maneiras nesta construção temporal. De um lado, na definição social de certos

eventos, entendendo por evento uma construção social com base em situações que ganham uma caracterização e um reconhecimento coletivo por meio de operações simbólicas. Os eventos têm o seu regime de tempo, e ambos são constituídos, em boa parte, a partir de fatores institucionais. A produção do evento jornalístico implica, desde a sua origem, uma situação de corte no tempo. Os eventos jornalísticos não são apenas marcadores simbólicos sobre o tempo presente, mas são definições temporais sobre modos de viver o presente.

Sommerville parte destas referências para considerar que foi o jornalismo o propagador do discurso sobre o fato através da cultura das sociedades. Ainda nos híbridos “*corantos*” na Inglaterra do início do século XVII podiam ser identificados relatos periódicos sobre eventos com uma localização precisa no tempo e no espaço, uma tendência a “ir direto ao ponto” de forma breve, a identificação de fontes e um sentido de conclusão em cada texto, mesmo para uma realidade em desenvolvimento. Dados numéricos, listas e outros recursos de objetivação eram usados pelos repórteres para dar um sentido mais factual à sua notícia (SOMMERVILLE, 1996). Ao mesmo tempo em que a notícia jornalística trazia um encerramento abrupto e construído pelo olhar do repórter (o “final do episódio do dia ou semana”), ela também poderia trazer uma referência ou convite para o leitor acompanhar a “seqüência no dia ou semana seguinte”, buscando a próxima edição a ser publicada.

Além da definição temporal dos eventos jornalísticos, o jornalismo produz um sentido temporal no momento de sua circulação social, ao contribuir para que discussões, formulações ou execuções de ações sociais ocorram de uma forma específica no tempo presente. O conteúdo jornalístico e suas formas expressivas fornecem um conjunto de informações que subsidiam a construção de ações sociais, seja na formação de agendas, estímulo a debates ou formulação e condução de decisões públicas.

Daniel Woolf investigou a formação do sentido de presente neste período, e considerou o papel que as notícias tiveram para criar uma ‘zona’ entre o passado e o futuro, zona esta que, na definição de Woolf, ofereceu um espaço para discussão de eventos atuais. Raymond (1999) e Barker (2000) perceberam na Inglaterra dos séculos XVII a XIX um alto grau de dependência da população aos jornais no processo de debate público. Harris (1996) constatou como a imprensa tornou-se um fórum para a exposição de argumentos racionais, contribuindo para construir uma política de respeitabilidade, caracterizada por

ordem e persuasão pacífica.

Assim, torna-se compreensível a atualidade como aspecto central do jornalismo ao percebermos haver um sincronismo fundamental entre o tempo do jornalismo e o tempo de uma série de ações públicas em construção (PARK, 1955), ambos vinculados ao movimento das coisas do presente. A participação do jornalismo na construção da temporalidade pública do presente é variada conforme o tipo de evento noticioso, sua forma expressiva, seus modos de circulação e recepção e o contexto social em que notícias e ações irão interagir.

2 O JORNALISMO E A CONSTRUÇÃO DA EXPERIÊNCIA SOCIAL DO TEMPO PRESENTE

A pluralidade de aspectos da temporalidade no jornalismo tem nos imposto uma necessidade de analisar diferentes fenômenos de acordo com sua especificidade e, ao mesmo tempo, tem nos levado a considerar que estes fenômenos são parte de uma mesma dimensão articulada e complementar, que estamos denominando de atualidade jornalística. Durante o percurso histórico realizado, conseguimos visualizar pelo menos cinco tipos de fenômenos temporais imbricados na atividade jornalística. Para torná-los perceptíveis e operativos em sua especificidade, estamos propondo a definição de cinco categorias descritivas destes fenômenos que, para nós, alcançam objetividade social ao se concretizarem em relações sociais e de sentido.

Sabemos que estes fenômenos são interligados e não estamos pretendendo, com esta metodologia, decompô-los em partes independentes. Mas entendemos que o esforço analítico que empreenderemos a seguir poderá nos ajudar a perceber os mecanismos e as relações diferenciadas que os atores (os jornalistas, as organizações que os aglutinam, as instituições sociais e seus públicos) estabelecem, com seus produtos e processos sociais, em cada tipo de fenômeno temporal abordado.

Entendemos que estes fenômenos se constituíram historicamente como parte de um processo de formação do próprio jornalismo como uma instituição social. Por isso, utilizaremos algumas experiências históricas e sociais como situações exemplares para descrever manifestações do fator temporal no jornalismo.

a) Instantaneidade

A categoria da instantaneidade foi sendo constituída por duas principais referências no jornalismo. A primeira dedicou-se a salientar a dimensão da materialidade física da instantaneidade, referindo-se a uma possibilidade de ausência do intervalo de tempo entre a ocorrência de um evento, seu registro, sua transmissão e recepção por um público. Em uma perspectiva histórica, a instantaneidade não foi uma conquista material real e plena nos primeiros séculos de existência do jornalismo. Entretanto, o fenômeno temporal que esta categoria expressa ganhou contornos mais nítidos na evolução gradativa da velocidade tanto da transmissão e distribuição da notícia quanto nos modos de sua produção. A conquista gradativa de intervalos mais breves na movimentação de eventos criava um sentimento de que o tempo de ocorrência de um evento estava cada vez mais próximo do tempo de sua recepção.

A segunda referência histórica da instantaneidade localizou-se numa dimensão sócio-cultural. A instantaneidade tornou-se tanto um valor normatizador da prática jornalística na busca de garantir que o seu relato “fale sobre o tempo presente” quanto um sentido cultural que faz o produto jornalístico ser identificável como conteúdo de atualidade. A instantaneidade caracterizava um sentido de tempo em que os eventos jornalísticos se situavam próximos ao tempo presente da experiência cotidiana do leitor, sensação que se intensificou com a aceleração progressiva do ritmo de produção jornalística.

Ao mesmo tempo, é impensável, à nossa concepção contemporânea de tempo, que o termo instantaneidade pudesse ser utilizado na Europa dos séculos XVII e XVIII para se referir ao envio, aos jornais, de cartas manuscritas por correspondentes localizados à distância da sede com o objetivo de municiar estas publicações com novidades das províncias, utilizando para isso o sistema de correios da época, com sua periodicidade ampliada. Também não nos parece razoável falar de instantaneidade quando consideramos as notícias estrangeiras desta época, em que uma rede precária de transmissão fazia com que uma informação sobre um evento em um país estrangeiro demorasse dias para chegar à sede do jornal, pois dependia da irregularidade dos meios de transporte (no caso da Inglaterra, o transporte marítimo levando notícias do continente). Alguns jornais obtinham as notícias somente após serem impressas por outras publicações estrangeiras, o que produzia um intervalo considerável de tempo entre o evento e sua leitura efetiva (BARKER, 2000).

Os meios de transporte realmente têm fornecido condições estruturais para a apreensão do movimento e da velocidade em diferentes sociedades. O período anterior às estradas de ferro, por exemplo, impunha aos viajantes enfrentar a precariedade das estradas e correntezas dos rios em veículos e embarcações frágeis, o que lhes deixava mais expostos à adversidade do clima. O surgimento das estradas de ferro e das locomotivas no século XIX trouxe três vantagens diretas aos jornais: alcançar públicos mais distantes nas províncias, beneficiando-se também de uma maior facilidade em obter informações pelo território nacional; reduzir o tempo de transporte dos jornais; e dar uma maior regularidade neste transporte, com o surgimento de um controle e cronometragem precisas do tempo nas partidas e chegadas dos trens (BROWN, 1985; WHITROW, 1993). Mesmo assim, nenhum desses fatores nos conduz a um sentido de instantaneidade nas comunicações.

Conforme Woolf (2001), era literalmente impossível, antes do advento do telégrafo, que um evento fosse percebido quase imediatamente a grande distância. Assim, a primeira grande promessa de uma instantaneidade no jornalismo surgiu com o telégrafo. Mas seu potencial de transmissão era visivelmente limitado: apenas o envio do sinal era simultâneo, dependendo da existência de uma rede de fios conectando duas estações de transmissão e de que não ocorressem quedas ou interrupções na transmissão. Todo o processo jornalístico (do qual o telégrafo constituía-se, no início, apenas um recurso de conectar o repórter à sede do jornal) possuía um consumo relevante de tempo, pois implicava a codificação/decodificação do texto noticioso em sinal telegráfico, um trabalho que era também dispendioso se o texto fosse longo (BLONDHEIM, 1994).

Em outras palavras, o surgimento do telégrafo acelerou o processo de produção da notícia, pois estabelecia um recurso para transmissão instantânea de um ponto a outro, mas esta instantaneidade não se expandia para as outras etapas do processo de produção e distribuição dos jornais. Mesmo assim, o efeito social e cultural desta aceleração da transmissão foi fantástico para a criação de um novo sentido de recenticidade e brevidade na produção e no conteúdo noticioso, assim como para reforçar, no público, seu vínculo com o tempo presente dos eventos em desdobramento.

O avanço da tecnologia de transmissão de informações e sua aplicabilidade ao jornalismo criaram, para repórteres e editores, novas possibilidades e desafios para a atualização dos jornais nas

últimas décadas do século XIX e início do XX. Em Fedler (2000), Berger (1951) e Brown (1985) podemos identificar quatro inovações que trouxeram mudanças intensas sobre o trabalho jornalístico: o telégrafo, o telefone, o linotipo e a máquina de escrever.

Além do telégrafo, já descrito, é interessante mencionar as reações diferenciadas dos repórteres com relação ao telefone: inicialmente, uma desconfiança com a nova ferramenta, pois poucas fontes tinham aparelhos, e os repórteres acreditavam obter melhores entrevistas em contato face a face com as fontes. Por outro lado, usar telefones era entendido como uma forma de frouxidão e preguiça dos repórteres ao não quererem se deslocar aos locais de entrevista e apuração. Esta cultura da desconfiança e da preguiça foi se modificando particularmente com a contribuição que o telefone trouxe para o controle do tempo: repórteres em horários de fechamento de edições começaram a usar o novo recurso para enviar relatos, para as redações, dos locais em que se encontravam (FEDLER, 2000).

As aplicações do telefone como ferramenta jornalística no final do século XIX aceleraram também os modos de produção jornalística, embora em moldes semelhantes ao do telégrafo. Seu efeito inicial principal aconteceu no trabalho do repórter em apurar e transmitir informações para a sede do jornal: agora, informações poderiam ser obtidas por telefone em locais que já dispunham do aparelho, como as repartições policiais das grandes cidades (BERGER, 1951). A introdução do linotipo e da máquina de escrever nas duas últimas décadas do século XIX auxiliou editores e gráficos no processo de redigir e compor os textos para impressão. O linotipo trouxe uma evidente vantagem econômica e ganho de tempo na produção, particularmente para editores e empresários: possibilitar publicar mais páginas nos jornais, aceitar maior número de anúncios, atingir uma maior circulação e imprimir novas edições do jornal no período da tarde (FEDLER, 2000).

Assim, o sentido de instantaneidade que os jornais construíam com base nesta tecnologia disponível até as décadas iniciais do século XX limitava-se à capacidade de apresentar ao leitor, em sua periodicidade diária ou por meio de edições “extras”, relatos sobre eventos ocorridos algumas horas antes da circulação do jornal. Este modo de produção e circulação dos jornais continuaria a criar e a estimular uma concepção de instantaneidade até que a tecnologia do rádio e, posteriormente, da televisão viessem a desenvolver formas

de transmissão e comunicação “ao vivo”, ligando diretamente tanto o jornalista quanto eventos em desenvolvimento com seu público, superando intervalos de tempos na transmissão e distribuição das notícias. Serão estes veículos que irão redefinir o sentido contemporâneo da instantaneidade no jornalismo e introduzir novos modos de o jornalista atuar como mediador social.

b) Simultaneidade

A categoria da simultaneidade demarcou uma possibilidade nova de experiência temporal: a capacidade de sincronizar ações ou eventos que se realizassem num mesmo momento, mesmo que ocorressem diferenças na velocidade de realização, duração, conseqüências ou desdobramentos. Os calendários e os relógios foram, na história das civilizações, recursos iniciais para dar às sociedades capacidade de perceber que eventos à distância poderiam ocorrer simultaneamente.

A simultaneidade se manifestou, por um lado, na capacidade técnica de sincronizar eventos complexos e sua aplicação sobre a produção econômica e, por outro, nos modos de estabelecer novas relações e sentidos para ações sociais e produções culturais. Benedict Anderson (1991) pesquisou a simultaneidade nos séculos XVII a XIX como uma manifestação sociocultural de um sentido público de comunidade que habita um tempo e um espaço delimitados (a “nação”) e percebeu que os jornais executavam um papel particular nesta relação: o ato de ler jornais constituía-se em um hábito social (uma ritualidade) em certos momentos do dia, e o conteúdo jornalístico fazia os indivíduos se sentirem participantes (de forma real ou imaginária) das ações e decisões que envolviam toda a comunidade.

Os jornais criaram, no século XVII, novas relações complexas de simultaneidade, conforme Benedict Anderson (1991), ao descrever o surgimento de uma consciência do leitor de jornais, que opera e se reconstrói cotidianamente em cada momento que o jornal vai a público. Anderson usa o termo antropológico de uma “cerimônia de massa” para descrever este ato paradoxal: por um lado, um movimento quase repetitivo, rotineiro e habitual de receber o jornal em cada manhã, sentar e o ler com afeição; por outro lado, a consciência de que esta leitura é realizada por um público amplo, espalhado pelo espaço de circulação do jornal, e de que será a partir desta leitura que inúmeras ações serão interpretadas, definidas, modificadas ou questionadas, seja em discussões no ambiente do lar ou em espaços

de reunião pública.

O aumento da velocidade dos processos sociais e as novas tecnologias de transmissão de informações no final do século XIX tornaram a simultaneidade uma experiência social e cultural complexa. Eventos pareceram se multiplicar aos olhos de uma sociedade sob tecnologias que possibilitavam situações de simultaneidade, e expressões como um presente “densificado” – *“thickened present”*, em Kern (1995) – e “compressão do tempo-espço” (HARVEY, 1993) são formuladas para descrever esta ampliação do horizonte das coisas possíveis de serem vivenciadas no tempo presente.

Outro fator social de largo impacto no final do século XIX foi a introdução de um padrão de tempo uniforme em nível mundial, afetando atividades tão díspares quanto comunicação, indústria e mesmo guerras, pelo controle da pontualidade e padronização de instrumentos de medição do tempo. Tempos uniformes estimularam um controle de pontualidade, sincronicidade e uniformidade dos instrumentos para a medição do tempo (WHITROW, 1993).

Kern usa a categoria de “simultaneidade” para demonstrar como novas tecnologias ou técnicas artísticas podem expandir espacialmente o presente vivido por um indivíduo ou uma coletividade. Se há uma capacidade de superpor, sincronizar ou acessar mais de um ambiente ou relação de experiência física num mesmo momento, o tempo presente acaba multiplicando-se espacialmente, possibilitando que várias experiências pudessem ser empreendidas num mesmo instante, simultaneamente (KERN, 1983). Ou seja, o fenômeno da simultaneidade possibilitou que o sentido de tempo presente pudesse ser vivenciado por diferentes grupos de pessoas localizadas em diferentes locais – por isso o autor afirma que *“simultaneity extended the present spatially”* (KERN, 1983, p. 81).

A simultaneidade que o jornalismo produz é, então, um dos modos a fazer com que um corpo social (uma parte dele, pelo menos) supere estados de atomização social e seja estimulado a agir de forma minimamente coordenada, não somente nas ações, mas nas concepções e valores sobre os eventos descritos nos jornais e outros, ausentes das páginas jornalísticas, mas correlatos em características básicas com aqueles noticiados.

Outro tipo de relações de simultaneidade no jornalismo tem tanto componentes estéticos quanto sociais. As experiências culturais de simultaneidade na passagem do século XIX e XX mostraram novas possibilidades de combinações de “discursos”,

com as formas de construção de imagens, polifonias de vozes, intercalações de narrativas e ações e de rompimento da linearidade no relato sobre o evento que se desdobra, conforme descreve Kern (1983). O jornalismo não executa um mergulho tão profundo nessas linguagens de desconstrução e reconstrução de impressões, imagens e eventos quanto a poesia, a música, pintura, literatura ou cinema. Mesmo assim, a página de jornal carrega características que possuem semelhança a essas experiências estéticas e, ao mesmo tempo, o jornal é, em certa medida, uma experiência estética particular.

O jornal trabalha com um fator temporal que orienta para um ponto inicial de coesão de uma página de jornal: no conjunto, os textos jornalísticos falam de eventos que ocorreram simultaneamente. Mas esta “coexistência” no espaço da página não é sem tensão. Para torná-la inteligível e harmônica, o jornalista busca estabelecer relações diversas entre eventos que, de início, talvez não tenham relação direta.

A simultaneidade desta “polifonia de vozes” é, no jornalismo, um fator de construção de uma especificidade de conteúdo e estrutura textual. Ambos estão ligados temporalmente ao “tempo do evento”, mas será o jornalismo, operando num esforço de construir um sentido de atualidade, que fará uma reformulação destes elementos. De certo modo, a atualidade jornalística surge de uma “polifonia de vozes” – surge para tentar superar as dissonâncias temporais e construir um discurso que articulará e minimizará diferenças, fragmentará e re-arranjará conteúdos para conseguir, a partir de uma referência temporal do presente, uma harmonia mínima no seu produto.

c) Periodicidade

A periodicidade é um dos fenômenos temporais mais marcantes da especificidade do jornalismo em seus primórdios. O estabelecimento de uma produção jornalística em intervalos regulares e fixos por incipientes organizações dos séculos XVII e XVIII redefiniu e reordenou formas de experimentar socialmente o tempo. A produção regular de notícias deu à sociedade um envolvimento continuado com eventos, desenvolvendo padrões de lembrança que possibilitavam acompanhar eventos em seu desdobramento, e, talvez, perceber relações causais (RAYMOND, 1999). Além disso, a regularidade na oferta de notícias garantia uma alimentação continuada de informações para municiar debates e decisões públicas.

Delimitar o momento inicial em que publicações com conteúdo jornalístico começam a circular com intervalos regulares não é uma tarefa fácil, pois teríamos de considerar desde os “corantos” e os “newsbooks” na Inglaterra do início do século XVII, alguns com regularidade mensal ou bimensal, e outros com intervalo semanal. Entretanto, essa periodicidade era irregular, pois oscilava conforme o volume de notícias disponível (RAYMOND, 1996). Schröder analisou o caso alemão para considerar que a ausência de periodicidade antes do século XVI impedia que publicações com informações diversificadas fossem consideradas “jornais”. Antes do surgimento dos jornais no século XVII, algumas publicações ocasionais cobriam e publicavam relatos sobre um evento de acordo com o seu desenrolar, e o número de edições se limitava à duração do evento, sem haver uma regularidade planejada à semelhança de uma publicação periódica com datas fixas. Curiosamente, Schröder (2001) relata que a ausência de periodicidade podia também ser uma vantagem, à medida que tornava mais difíceis a censura e o controle governamental, diferentemente dos jornais semanais que se seguiram posteriormente. Vittu estudou o surgimento dos jornais na França para considerar que o século XVII foi o período da “imprensa periódica” (2001, p. 160). Da mesma forma, Daniel Woolf interpreta que a regularidade temporal dos “newsbooks” surgiu na metade do século XVII, a partir da necessidade de que estas publicações acompanhassem os desdobramentos dos fatos políticos na Inglaterra.

Talvez um dos estudos históricos mais sistemáticos já desenvolvidos sobre a periodicidade jornalística seja o de John Sommerville, *The News Revolution in England - Cultural Dynamics of Daily Information* (1996), em que o autor pesquisa o aspecto temporal na formação do jornalismo inglês nos séculos XVII e XVIII. O início do século XVII foi uma fase em que as publicações inglesas com conteúdo jornalístico apresentavam uma periodicidade irregular e com elevado intervalo de tempo entre cada edição: uma média de uma publicação a cada duas ou três semanas entre as décadas de 1620 a 1640. Nas duas décadas seguintes, a periodicidade semanal tornou-se dominante e a “chave” para que essas publicações pudessem alcançar uma fidelidade do leitor e um sucesso comercial. Os editores preferencialmente optavam por colocar as novas edições em circulação nas segundas-feiras, pois assim poderiam enviá-las para o interior do país utilizando os despachos semanais dos serviços postais às terças-feiras. As segundas-feiras tornaram-se, então, dias

de competição entre esses produtos (SOMMERVILLE, 1996).

Esse panorama do surgimento da periodicidade não é, para Sommerville, uma mudança social positiva na sociedade. Pelo contrário, o autor a interpreta em uma perspectiva pessimista. Inicialmente, porque a vê como uma consequência de um preponderante interesse comercial que afetaria o conjunto das demais relações sociais. Joad Raymond contesta a abordagem de Sommerville por entender que autores desta linha de argumentação atribuem, ao fluxo de circulação periódica de conteúdos como os jornalísticos, um fator causador de uma “cultura da passividade” e do “esquecimento”. Em vez disso, Raymond interpreta que a periodicidade tornou-se um atributo essencial dos “*newsbooks*” e “*newspapers*” ao garantir uma continuidade da circulação de informação e, portanto, do debate. Para o autor, a periodicidade desenvolveu padrões de lembrança e envolvimento ativo dos leitores nos eventos e nos debates (RAYMOND, 1999).

O primeiro modelo de periodicidade a se consolidar nas sociedades ocidentais foi a semanal: a maioria dos jornais do século XVII era impresso uma vez por semana na Europa. Mesmo com o início da produção de jornais com três edições semanais, os jornais com edição única na semana perduraram durante o século, pois utilizavam, como estratégia de concorrência, a impressão de um maior número de páginas (seis páginas, contra duas dos jornais trissemanais) (SUTHERLAND, 1986). Tal intervalo semanal entre edições foi se reduzindo gradativamente durante o período: no final do mesmo século, 64% dos jornais alemães já circulavam duas vezes por semana, e outros 7% tinham três ou mais edições por semana (POPKIN, 1989).

A periodicidade jornalística institucionalizou-se como um modo de ordenar o tempo social tanto no âmbito do controle e da normatização quanto da criação de formas, práticas e processos sociais materiais ou simbólicos. Isso significa que a periodicidade surgiu como um fenômeno particular, mas implicado em relações complexas. Em um âmbito interno da organização jornalística, a periodicidade contribuiu para criar relações internas à organização jornalística marcadas por um controle preciso do tempo e das etapas de produção e uma planificação de ações e tarefas em cronogramas rígidos. Esta normatização do tempo penetrou nas percepções e formas individuais de uso do tempo pelo repórter, articulando indivíduo e organização num movimento ao mesmo tempo harmônico

e conflituoso.

A periodização dos jornais direcionou modos de definir e dar forma à notícia. O intervalo de tempo entre duas edições sucessivas surge como uma fronteira para demarcar a atualidade dos eventos, indicando a sua validade temporal como potencialmente noticiáveis. Produzir uma notícia implicou fragmentar eventos em cortes temporais conforme a periodicidade da publicação. Em uma dimensão macrossocial, esta forma de operar a temporalidade do evento contribui para a redefinição da temporalidade pública: mútuas influências entre a atividade jornalística e a sociedade fazem com que o produto jornalístico esteja associado tanto aos ritmos da vida cotidiana quanto da organização jornalística.

c.1) Periodicidade diária

A urbanização intensa foi um fenômeno geral no desenvolvimento de países europeus e dos Estados Unidos nos séculos XVIII, XIX e XX, principalmente se considerarmos que seu crescimento esteve interligado a mudanças sociais complexas, como a industrialização, o crescimento comercial, a expansão da rede de transportes e comunicações e a imigração. Cidades que concentravam essas transformações de forma mais intensa tornaram-se metrópoles, como Londres, que alcançou mais de quatro milhões de habitantes já no final do século XIX (BROWN, 1985).

O ritmo diário da vida, uma das principais unidades naturais e culturais de organização e medição do tempo ganhou uma série de marcações temporais com o incremento das rotinas e do dinamismo da cena urbana, conforme descreveu Alain Corbin ao investigar o caso francês do século XIX. Instituições sociais como escolas e empresas, concentradas principalmente nas metrópoles, exerceram um papel acentuado nesta regulação social do tempo. As escolas desenvolveram modelos pedagógicos baseados em um controle estrito do tempo que se tornou um quadro de referência para o desenvolvimento de rígidas disciplinas, impostas com o consenso da família. Rígidos gerenciamentos do tempo começaram a se tornar obsessões para administradores de prisões, hospitais, escolas industriais e mesmo asilos, em que a supervisão do tempo constituiu-se em um elemento essencial nas terapias (CORBIN, 1995).

As fábricas tornaram-se, também, um modelo de controle

do tempo para as demais empresas, por meio de uma racionalização temporal de práticas e normas a serem gradativamente internalizadas por indivíduos que, anteriormente, usufruíam de referências temporais particulares, como os novos operários oriundos do campo. O Estado criou legislações que definiam a duração e a distribuição do tempo de trabalho para crianças, mulheres e a força de trabalho como um todo. Corbin considera que a atuação das instituições na imposição de tempos sociais pode ser interpretada como um estágio do processo de padronizar e regular usos individuais e familiares do tempo. A internalização de normas provavelmente era mais visível na base da pirâmide social, uma ação para controlar o tempo de lazer e impor a norma burguesa de que “tempo é dinheiro” (CORBIN, 1995).

A aceleração do ritmo da vida urbana ocorreu, então, na convergência de fatores como a industrialização, mercado, comunicações e imigração. As melhorias nos transportes deram um movimento que introduziu um ritmo de dinamismo à paisagem das grandes cidades. Transportes coletivos alteraram gradualmente o perfil da classe trabalhadora, que anteriormente deslocava-se predominantemente a pé para o trabalho e agora podia usar trens urbanos, conforme descreveu Schudson (1978) ao relatar a mudança drástica na mobilidade geográfica das cidades norte-americanas do final do século XIX e início do XX. Esse fato, para o autor, trouxe profundas conseqüências para os jornais, porque as pessoas de classes médias, ao tomarem ônibus ou trens para irem trabalhar, estavam desobrigadas de se preocupar com o percurso (1978). Para Lucy Brown (1985), a ociosidade imposta aos passageiros de trens era também um estímulo à leitura.

A periodicidade diária (o principal marcador da temporalidade jornalística de circulação) somente foi alcançada no século XVIII, começando com o *Daily Courant* em 1702 (RAYMOND, 1996). No caso norte-americano, os dois primeiros jornais diários surgiram em 1784 (*The Pennsylvania Packet and Daily Advertiser* e *The South Carolina Gazette and General Advertiser*) (LEE, 1923).

A circulação dos jornais produziu também uma relação temporal específica conforme o período do dia em que iam para as ruas. O surgimento regular de jornais matutinos e vespertinos foi uma adequação tanto a hábitos dos leitores quanto ao acirramento da concorrência pela possibilidade de levar ao público notícias mais recentes. A dinâmica do ritmo diário de vida nas grandes cidades, por

sua vez, contaminou os jornais de tal forma que mesmo a existência de duas circulações diárias não inibia o recurso à edição “extra” durante o dia quando fosse necessário e conveniente. Blondheim (1994: 23) considera que a emergência do “extra” por volta de 1840 em New York foi facilitada por inovações nos serviços de distribuição: os jornais de maior circulação já possuíam uma rede de meninos vendedores (“*newsboys*”) pelas ruas durante todo o dia, e sua estrutura de impressão estava organizada para imprimir um grande volume de jornais em um tempo mínimo. Conforme o autor, uma edição extra podia tanto desatualizar o jornal concorrente quanto dar prestígio ao próprio jornal. No conjunto, tal movimento contribuiu para incentivar a “velocidade” como um ritmo de produção de notícias.

d) Novidade

Percebemos que, desde as primeiras experiências regulares do jornalismo ainda no século XVII, noticiar um evento tem significado levar a público um relato sobre algo novo que surge no ambiente social e gera importância ou curiosidade para uma coletividade. Historiadores do jornalismo identificaram que a “novidade” de uma notícia podia ser captada em características como “frescor” (“*freshness*”) ou “recenticidade” (“*recentness*”), marcando um traço peculiar que se adequava a uma miríade de situações, tanto sobre a vida cotidiana das comunidades, questões de interesse e envolvimento social, ações do Estado, quanto detalhes da vida da aristocracia.

A proposição da categoria da “novidade” para descrever um aspecto específico da temporalidade jornalística pretendeu mostrar que a notícia é indissociável de uma lógica de inovação, originalidade ou renovação que padroniza um modo de reconhecer e definir eventos e os apresentar publicamente por meio do relato jornalístico. A novidade conduz-nos a uma vinculação do “novo” relatado jornalisticamente ao tempo presente das coisas que brotam na temporalidade do “agora”.

A novidade jornalística é padronizada para possibilitar que os jornalistas produzam uma notícia enquanto um objeto complexo, num processo de fabricação que parte de uma matéria-prima inicial (o novo que surge) para dar identidade sociocultural ao produto jornalístico. O jornalismo depende da novidade como um modo de orientação e reconhecimento, para jornalista e leitor, de que eventos

ou facetas destes estejam irrompendo novos num ambiente social e devem ser relatados jornalisticamente.

A transformação, em evento jornalístico, de uma ocorrência que irrompe nova depende, no entanto, de um imbricamento entre este novo que surge como ruptura ou mudança e um estado de continuidade em pelo menos dois aspectos: em primeiro lugar, pela consolidação de um quadro interpretativo padronizado para reconhecer o novo como diferença em relação a um estado de permanência; em segundo lugar, pela operação destes valores em procedimentos rotineiros e organizacionais que limitam as possibilidades de busca do “novo” e estimulam a visitação recorrente a certos assuntos, fontes e instituições em detrimento de outros.

A instituição jornalística se formou historicamente para tornar operacional e regular a disponibilidade pública da novidade como uma forma de responder a uma expectativa de ampliar a experiência social e cultural do tempo presente. Entretanto, este é um processo de fabricação que tende a não ser facilmente perceptível pelo leitor, e a novidade parece estar naturalizada no evento, como uma irrupção espontânea.

Historiadores do jornalismo são recorrentes ao descrever o interesse crescente por notícias sobre a vida cotidiana, questões de interesse e envolvimento social, ações do Estado ou detalhes da vida da aristocracia, que se tornou mais intenso a partir do século XVII. Relatos como o de Raymond (1996), Schröder (2001), Blondheim (1994) e Woolf (2001) auxiliam-nos a perceber comportamentos diferenciados dos leitores, estivessem eles motivados por uma curiosidade excessiva pela “vida alheia”, preocupados com questões relevantes para os rumos da nação ou interessados em conhecer fatos e situações em desenvolvimento na sociedade e no Estado para se sentirem mais envolvidos e integrados à vida social e política da época. O que os autores identificavam como “novidade” nas notícias da época eram características de “frescor” (“*freshness*”) ou “recenticidade” (“*recentness*”), o que podia significar desde um deslumbramento pela nova capacidade de ter acesso a fatos do tempo presente que estavam acontecendo simultaneamente e à distância do contato direto até um estado de ansiedade ou desconfiança por esta intensa exposição de aspectos do presente.

Como, neste período, o relato histórico tinha uma maior densidade, vigor e autoridade que o relato jornalístico, este, por

trazer a público fatos novos e, portanto, carentes de demonstração e comprovação, era visto com uma profunda desconfiança, tanto porque o conteúdo era novo (portanto, distinto dos consagrados “*old texts*”) quanto difícil de verificar. Quando eram transmitidos oralmente nos séculos XVII e XVIII, em praças públicas ou casas de café, estes conteúdos mal podiam ser distintos dos boatos. Mesmo o texto impresso não tinha a credibilidade do texto manuscrito (WOOLF, 2001).

Apesar disso, essa desconfiança não foi suficiente para eliminar o “apetite” da população pelas “novidades” trazidas nos textos noticiosos. Editores de “*newsbooks*” do século XVII já incorporavam este desejo por notícias como um novo atrativo de suas publicações e exercitavam uma visível “*determination to be first*”, procedimento este que estimulou a busca pelas notícias mais recentes, mesmo que à custa da precisão e confiabilidade sobre o conteúdo jornalístico. Essa realidade transformou o boato e o erro jornalístico em duas “instituições públicas”, conforme interpreta Daniel Woolf (2001, p. 106).

e) Revelação pública

A categoria de revelação pública foi proposta com o objetivo de mostrar que o jornalismo não é apenas um registro do tempo presente, mas um modo de construir esta temporalidade em sua inerente discursividade. O discurso jornalístico não apenas traz um sentido de conter o tempo presente inscrito nas intenções de sua produção e nas marcas do seu produto, mas ele intervém na construção do tempo ao ser enunciado em regras discursivas partilhadas entre os interlocutores (a instituição jornalística e seus públicos). O próprio modo de enunciação do jornalismo já é uma afirmação da “presentidade” do seu conteúdo.

Entendemos que as situações analisadas na história do jornalismo e em algumas experiências concretas contemporâneas serviram para marcar um componente específico da atualidade jornalística: a enunciação é um momento privilegiado de estabelecimento de uma interação no tempo presente. O tempo da enunciação é, para o jornalismo, um “marco zero” no tempo de circulação pública de uma notícia, a partir da qual ela se torna um “documento público” (PARK, 1955).

Utilizamos a expressão “revelação pública” para caracterizar que o jornalismo executa um procedimento de trazer a público um conteúdo novo ao seu leitor, dar-lhe a conhecer algo que estava fora do

âmbito público. Esse desconhecimento público pode ser decorrente da peculiaridade de um evento que irrompe novo no social, mas também pode ser consequência de um conteúdo ou situação que ocorria em uma esfera do privado e do segredo e que o “olhar” da instituição jornalística (seus valores, critérios de noticiabilidade e seus modos de apuração e expressão) apontam para a necessidade de torná-lo público.

Alguns registros históricos tornaram possível destacar o aspecto temporal de interações discursivas que, se não foram diretamente construídas na e pela instituição jornalística, tiveram, nos conteúdos jornalísticos, um recurso para impulsionar e dar sentido específico a elas. As discussões nas casas de café da Europa dos séculos XVIII e XIX, principalmente, tinham o conteúdo jornalístico como um objeto e um estimulador dos debates: a leitura em voz alta das notícias, a audição atenta e os diferentes tipos de discussão reforçavam no jornalismo o seu vínculo com o tempo presente dos grupos no processo de constituição de suas identidade de interesses, concepções e valores, bem como podiam lhes orientar na definição de ações decorrentes (RAYMOND, 1999; HUNTER, 1988). Isso significa que o tempo da interação discursiva estimulada pelo jornalismo marcava um sentido de tempo presente para seu público não só na enunciação do conteúdo jornalístico, mas também em sua discussão pública.

Se, por um lado, a instituição jornalística consolidava uma estratégia que afirmava o tempo presente na relação discursiva que construía com seu público (seja o leitor freqüente de jornais no espaço privado de sua casa, seja aquele que recebia o conteúdo noticioso em audições públicas nas casas de café em países europeus dos séculos XVIII e XIX), por outro lado os próprios modos como estes conteúdos se propagavam em uma interação discursiva dinâmica particularmente em ambientes públicos são, em si, um segundo fator de marcação da temporalidade do presente. Utilizar o jornal como objeto de leitura e discussão pública significava que os eventos correntes, que predominavam nos conteúdos jornalísticos, eram objetos e motivações para discussões e mesmo ações coletivas. A temporalidade do presente que o jornal trazia por seu conteúdo atual tornava-se a referência temporal dos frequentadores (HUNTER, 1988).

A categoria de “revelação pública” pretende, então, descrever

alguns tipos de relações entre jornais, sociedade e Estado. Na visão de Habermas, os jornais tornaram-se a “instituição por excelência” (1984, p. 213) da esfera pública porque executavam uma função híbrida de municiar o público com conteúdos sobre questões de Estado e da sociedade, bem como de ser um espaço para debate de ideias e ações. É visível que a imprensa começou a executar um crucial papel de publicização dos atos do Estado: dar transparência pública aos seus atos, rompendo o domínio do segredo.

O exemplo de Raymond (1996) sobre os “*newsbooks*” reforça este papel: já em meados do século XVII estas publicações trouxeram a público debates e decisões que ocorriam no Parlamento inglês e eram inacessíveis a um público amplo. Raymond ainda identificou nos leitores uma capacidade racional de formular argumentos com base nos textos impressos, e este estímulo teria sido, para o autor, a maior contribuição dos jornais ao espírito de debate crítico na Inglaterra do século XVII.

O jornal se tornou um meio de informação, fiscalização e manifestação de questionamentos a respeito de um diversificado leque de ações e situações públicas, particularmente ações da autoridade governamental, alimentando uma quase obsessão por buscar romper a esfera do segredo em que eram envoltos os atos das administrações públicas. O jornal concentrou boa parte deste novo estado de espírito porque desenvolveu mecanismos para revelar conteúdos protegidos do conhecimento público que ocorriam no tempo presente e para expô-los a um público cada vez mais ávido por saber de assuntos ligados à mesma temporalidade de sua vida cotidiana. Assim como eram passíveis de rompimento do segredo as ações do Estado, também eram objetos de revelação pública assuntos ligados a situações trágicas, bizarras ou mesmo cotidianas de personalidades públicas, como membros da nobreza.

A categoria da revelação pública pretende, então, descrever este duplo movimento articulado: o ato de revelar algo por meio da apuração jornalística e sua publicização visando exatamente sua propagação pública. Ambos momentos sedimentam o tempo presente com formas discursivas que constroem eventos como produtos simbólicos e contribuem para dar substância à experiência do presente.

CONCLUSÕES

Ao longo deste artigo, buscamos demonstrar que as mudanças trazidas pelo jornalismo para a experiência social do tempo presente nos séculos XVII a XIX possibilitaram-nos construir um mapeamento de fenômenos temporais e sistematizá-los em categorias descritivas. Propusemos um conjunto de cinco categorias que possam delimitar as principais manifestações temporais do jornalismo: instantaneidade, simultaneidade, periodicidade, novidade e revelação pública. Não estamos afirmando que este é o único modo de tratar teoricamente a dimensão social da temporalidade no jornalismo, mas consideramos que o percurso, feito desta forma, alcança considerável êxito.

O esforço de sistematização teórica acima exige uma observação complementar: as categorias temporais apresentadas não podem ser vistas somente de forma isolada, mas relacionadas entre si. A atualidade jornalística não é uma soma de características temporais individuais, mas um imbricamento entre elas, pois são manifestações particulares de um modo comum de vivenciar o presente. Há que se considerar também uma diferença na importância de certos fenômenos para demarcar esta experiência temporal e, em consequência, ressaltar que alguns aspectos têm sido mais determinantes do que outros para a construção jornalística de um sentido de tempo presente em determinados períodos.

As fontes bibliográficas consultadas permitem-nos indicar uma proeminência das categorias de novidade e periodicidade na delimitação inicial do vínculo da notícia com o tempo presente. A novidade foi a manifestação de uma temporalidade mais primária, mais primitiva, porque qualificava um evento a partir de uma singular intenção de apresentar um relato verídico novo para um público. A periodicidade surgiu como um procedimento de construção de uma regularidade na produção e oferta, com nítida consequência para a própria caracterização do jornal como um “periódico” e na delimitação e conformação do produto notícia. A periodicidade é um componente que modificou relações sociais ao gerar habitualidade de leitura e envolvimento dos leitores com eventos em desdobramento.

A periodicidade forneceu parâmetros de organização da atividade jornalística em pequenas unidades produtivas e na sua relação com o público, bem como indicou limites para a produção do conteúdo jornalístico. O constrangimento imposto pela periodicidade

semanal a partir da metade do século XVII estabeleceu uma maior rigidez no uso do tempo e limitou a possibilidade de produção de relatos sobre novos eventos. Cumprir a periodicidade estabelecida significava, ao mesmo tempo, continuar garantindo a novidade das notícias e também a sua veracidade mesmo que a celeridade da produção lançasse sobre o produto jornalístico certa desconfiança quanto à capacidade efetiva de o relato ser fiel à realidade que propunha descrever.

Entendemos que o termo “atualidade jornalística” é o mais adequado para reunir esta complexidade de sentidos que o fenômeno temporal alcança no jornalismo. A atualidade jornalística, embora ganhe maior sentido inserida nas atividades e concepções particulares da instituição jornalística, possui ramificações por uma ampla variedade de práticas sociais. As categorias apresentadas buscam descrever tipos específicos de fenômenos temporais que o jornalismo opera, fenômenos esses que possuem objetividade social porque se concretizam em relações sociais significativas, muitas vezes a partir de determinantes estruturais.

Propusemos as categorias componentes da noção de atualidade jornalística porque entendemos haver uma recorrente ausência de construção conceitual nos estudos sobre jornalismo. Para nós, é difícil pensar a dimensão temporal do jornalismo sem recorrer a elas ou aos fenômenos que elas descrevem. A noção de atualidade jornalística é, nesta abordagem, conseqüência de uma composição de fenômenos abstraídos na forma de categorias, sem a convergência e interligação das quais nos parece precário considerar mais substantiva e teoricamente o próprio fenômeno do jornalismo.

REFERÊNCIAS

ANDERSON, Benedict. *Imagined Communities - Reflection on the Origin and Spread of Nationalism*. London and New York: Verso, 1991.

BARKER, Hannah. *Newspapers, Politics and English Society, 1695-1855*. Harlow, England: Longman, 2000.

BERGER, Meyer. *The Story of The New York Times – 1851-1951*. New York: Simon and Schuster, 1951.

BLONDHEIM, Menahem. *News over the Wires – The Telegraph and*

the Flow of Public Information in America, 1844-1897. Cambridge, Mas.: Harvard University Press, 1994.

BROWN, Lucy. **Victorian News and Newspapers.** Clarendon Press: Oxford, 1985.

CORBIN, Alain. **Time, Desire and Horror - Towards a History of the Senses.** Cambridge: Polity Press, 1995.

FEDLER, Fred. **Lessons from the Past - Journalists' Lives and Work, 1850-1950.** Prospect Heights, Illinois: Waveland Press, Inc., 2000.

FOWLER, Bridget. Before Novels: The Cultural Contexts of Eighteenth-Century English Fiction. **The British journal of Sociology.** Vol. 44, n 2, London: Routledge, June 1993, p. 351-2.

HARRIS, Bob. **Politics and the rise of the press - Britain and France, 1620-1800.** London and New York: Routledge, 1996.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna - Uma Pesquisa sobre as Origens da Mudança Cultural.** 3ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 1993.

HUNTER, Paul. 'News, and new Things': Contemporaneity and the Early English Novel. **Critical Inquiry.** Vol 14, Spring 1988, p. 493-515.

_____. **Before Novels - The Cultural Contexts of Eighteenth-Century English Fiction.** New York: Norton & Company, 1990.

KERN, Stephen. **The Culture of Time and Space 1880-1918.** Cambridge, Massachusetts: Harvard University Press, 1983.

_____. Wireless World. In: CROWLEY, David; HEYER, Paul. **Communication in History - Technology, Culture, Society.** 2nd. ed. New York: Longman Publishers, 1995, p. 228-232.

LEE, James. **History of American Journalism.** New York: Garden City Publishing, 1923.

LOVELL, Terry. Before Novels: The Cultural Context of Eighteenth Century English Fiction. **The Sociological review.** Vol. 40, N° 1. London: Blackwell Publishers, Feb 1992, p. 209-11.

PARK, Robert E. News as a Form of Knowledge. **Society- Collective Behavior, News and Opinion, Sociology and Modern Society.** Illinois: The Free Press, 1955a, p. 71-88.

POPKIN, Jeremy. **News and Politics and the Age of Revolution. - Jean Luzac's Gazette de Leyde.** Ithaca and London: Cornell University Press, 1989.

RAYMOND, Joad. **The Invention of the Newspaper - English**

Newsbooks - 1641-1649. Oxford: Clarendon Press, 1996.

_____. The Newspaper, Public Opinion, and the Public Sphere in the Seventeenth Century. In: RAYMOND, Joad (ed.) **News, Newspapers, and Society in Early Modern Britain.** London: Frank Cass, 1999, p. 109-140.

SCHRÖDER, Thomas. The origins of the German press. In: DOOLEY, Brendan; BARON, Sabrina (eds.). **The Politics of Information in Early Modern Europe.** London and New York: Routledge, 2001, p. 123-150.

SCHUDSON, Michael. **Discovering the news: a social history of American newspapers.** New York: Basic Books, 1978.

SOMMERVILLE, C. John. **The News Revolution in England - Cultural Dynamics of Daily Information.** New York: Oxford University Press, 1996.

SUTHERLAND, James. **The Restoration Newspaper and its Development.** London: Cambridge University Press, 1986.

STEPHENS, Mitchel. **A History of News – From the Drum to the Satellite.** New York: Penguin, 1988.

WHITROW, G. J. **O tempo na História - Concepções do tempo da pré-história aos nossos dias.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993.

WOOLF, Daniel. News, history and the construction of the present in early modern England. In: DOOLEY, Brendan; BARON, Sabrina (eds.). **The Politics of Information in Early Modern Europe.** London and New York: Routledge, 2001, p. 80-118.

CARLOS FRANCISCATO é jornalista e professor da Universidade Federal do Sergipe (UFS). É doutor em Comunicação e Cultura pela Universidade Federal da Bahia (UFBA).

ARTIGO ORIGINALMENTE PUBLICADO EM JUNHO DE 2005.